

Atualidade

econômica

Dúvida velada

Prudência com o Banco Mundial

As vésperas da viagem do ministro Antonio Delfim Netto e do presidente do Banco Central, sr. Affonso Celso Pastore, aos Estados Unidos, dizíamos que a negociação com o Banco Mundial seria apenas um ensaio da renegociação da dívida externa, que se pretendia iniciar em outubro, com os bancos privados. Por outro lado, afirmávamos que os representantes brasileiros se mostrariam muito prudentes diante das propostas, aparentemente atraentes, do Banco Mundial, relativas a co-financiamentos em favor do Brasil envolvendo quantias vultosas. Realmente, a prudência caracterizou a atitude de nossos representantes em Washington.

É preciso esclarecer a razão desta atitude diante dessas propostas que poderiam ser consideradas muito atraentes. O Banco Mundial, estabelecimento a que muito deve o Brasil nestes anos de dificuldades, dirigido por um banqueiro (o sr. A.W. Clausen foi presidente do Bank of America), está imaginando um sistema pelo qual, sob a sua orientação e com seu aval moral, os bancos privados poderiam realizar operações de crédito em condições vantajosas. Do mesmo modo que o FMI assume a direção dos empréstimos para o equilíbrio do balanço de pagamentos, o Banco Mundial poderia assumir a direção dos empréstimos para o desenvolvimento. Podemos imaginar que o FMI cuidaria do passado, enquanto o Banco Mundial centralizaria as questões relativas ao new money para o futuro. Mas o Banco Mundial é realista, e, por isso, além de exigir dos bancos privados que participariam dessas operações de co-financiamento (em que a participação monetária do organismo internacional seria simbólica) a cobrança de um spread muito reduzido (pois eles têm um quase-aval do Banco Mundial), arcaria com o compromisso de, qualquer que seja a taxa de juros do mercado, manter constantes as prestações anuais pagas pelo devedor. Deste modo, se subissem as taxas de juros, o organismo internacional assumiria, para os credores, a diferença, enquanto capitalizaria, para o devedor, essa diferença.

Como se vê, o Banco Mundial, na realidade, está oferecendo o que estamos considerando como um modelo para a renegociação da dívida externa brasileira com os bancos privados. Mas essa proposta, aparentemente favorável, apresenta graves inconvenientes. Convém lembrar que, nos anos que antecederam a crise, o Brasil sempre defendeu a "livre negociação" entre os bancos credores e o país devedor. Tal posição se explicava pelo medo que se tinha da intervenção do FMI e de suas exigências. Com a crise, o País não pôde evitar a intervenção do FMI, que se tornou um auditor muito exigente. É natural que se queira evitar a intervenção de outro organismo internacional.

Sem dúvida, o Banco Mundial faria exigências para dar seu aval às operações de co-financiamento, notadamente defendendo a total abertura das fronteiras do País e opondo-se a qualquer reserva de mercado. Ora, isto seria um grave inconveniente para o Brasil.

Por outro lado, podemos temer que, ao se estabelecerem esses mecanismos de co-financiamento, os bancos comerciais se recusem a efetuar qualquer operação com o Brasil sem o aval do Banco Mundial. O País perderia toda esperança em voltar ao sistema que, no passado, lhe permitiu financiar grandes projetos. Convém esclarecer ainda que o Banco Mundial, ao contrário do que se afirma, não fixou exatamente os valores que permitiriam a capitalização dos juros. Sem dúvida, dependendo totalmente do Banco Mundial, o Brasil não mais poderia exercer pressão sobre os bancos comerciais. Temos de acrescentar que a maioria dos bancos estrangeiros estão encarando com alguma desconfiança esta nova proposta, que criaria uma burocracia suplementar na vida das finanças internacionais e tiraria toda a flexibilidade necessária a um sistema de livre iniciativa.